

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.295 - SC (2020/0037184-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER E OUTRO(S) - SC017605A**  
**MARCIO ALEXANDRE CAVENAGUE - SC027507**  
**VINICIUS VARGAS CAMACHO - SC040809**  
**AGRAVANTE : JEFFERSON BEVILACQUA**  
**ADVOGADOS : PAULO FRETTE MOREIRA - SC019086**  
**LUCIANO CHEDE - SC019002**  
**ENIO FRANCISCO DEMOLY NETO - SC029472**  
**RODRIGO DOS SANTOS CESAR - SC027030**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **JEFFERSON BEVILACQUA**, contra decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 535-536, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE PROCEDIMENTO MÉDICO NECESSÁRIO PARA O TRATAMENTO DE CÂNCER NA TIREÓIDE, EM VISTA DO MATERIAL A SER UTILIZADO, BEM COMO DO TRATAMENTO PÓS-OPERATÓRIO. AUTOR QUE PAGOU A CIRURGIA POR CONTA PRÓPRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DE AMBAS AS PARTES. INSURGÊNCIA DA RÉ. ALEGAÇÃO DE QUE A NEGATIVA É LEGÍTIMA POR FALTA DE PREVISÃO NO CONTRATO E POR INOBSERVÂNCIA DE REGRAS DA ANS. TESE AFASTADA. DISPOSIÇÕES QUE DEVEM SER INTERPRETADAS DA FORMA MAIS BENÉFICA AO CONSUMIDOR. EXEGESE DO ARTIGO 47 DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA. MÉTODO CIRÚRGICO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS QUE DEVEM SER AFERIDOS PELO MÉDICO RESPONSÁVEL. RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS SUPOSTAS PELO AUTOR DEVIDO. DECISÃO MANTIDA NO PONTO. DANO MORAL. PLEITO DE AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO POR AUSÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA E DE PROVAS DO SOFRIMENTO SUPOSTO PELO BENEFICIÁRIO. ACOLHIMENTO. CARÊNCIA PROBATÓRIA DE QUE A NEGATIVA AGRAVOU SEU ESTADO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO CUSTEADO PELO AUTOR E TRATAMENTO PÓS-CIRÚRGICO DEFERIDO EM TUTELA DE URGÊNCIA NO CURSO DO PROCESSO. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. SENTENÇA REFORMADA NO PONTO. READEQUAÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. MULTA APLICADA NOS EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO AFASTADA. EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTETÓRIO E DE MÁ-FÉ PROCESSUAL. APELO DO AUTOR. PREJUDICIALIDADE QUANTO À PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO POR DANOS MORAIS. PEDIDO PARA AUMENTO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL. INVIABILIDADE DE ACOLHIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 85, §2º, CPC/2015. O RECURSO DA RÉ CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. INCONFORMISMO DO AUTOR CONHECIDO EM PARTE E, NESTA, DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial (fls. 550-581, e-STJ), aponta o insurgente, além de dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que a recusa injustificada de cobertura do plano de saúde ocasionou danos morais indenizáveis. Pleiteia, por fim, a majoração da verba de sucumbência, nos termos do artigo 20 do CPC/73.

Contrarrazões às fls. 633-642, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 644-646, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 648-690, e-STJ), em que o recorrente impugna a decisão agravada.

Contraminuta às fls. 693-699, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. O insurgente alega violação aos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil, sustentando que a recusa injustificada de cobertura do plano de saúde ocasionou danos morais indenizáveis. Aponta a existência de dissídio jurisprudencial.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 543-546, e-STJ):

Conclui-se, portanto, que a decisão recorrida não merece reparo nesse ponto, em razão do evidente dever da ré de ressarcir despesas médicas no montante de R\$ 53.794,73 (cinquenta e três mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos), após negar autorização para cirurgia sob a escusa de exclusão contratual, com espeque na regulamentação da ANS, do material utilizado.

O mesmo não se pode dizer em relação aos danos morais arbitrados na sentença.

Isso porque, **no caso em comento, embora não se desconheça a urgência e a gravidade da doença do autor, o fato é que apesar de a recusa do plano de saúde ter sido ilícita, por violação ao CDC e demais normas aplicáveis à matéria, não restou demonstrada a ocorrência de agravamento do quadro de saúde do recorrido em razão da negativa, ou de outras circunstâncias que tenham causado efetivo abalo psíquico ou desrespeito à dignidade humana do beneficiário.**

Até porque o próprio autor conseguiu arcar com o procedimento cirúrgico, evitando o agravamento do quadro e, quanto ao tratamento pós-operatório, também negado pela ré, foi-lhe concedido em tutela de urgência nestes autos (pp. 280-282).

Sabe-se que esta Corte de Justiça mantém-se firme no posicionamento de

que a recusa de tratamento por parte dos gestores de plano de saúde, por si só, não enseja o abalo psíquico justificador de indenização por dano moral, ou seja, há necessidade que do conjunto probatório dos autos se extraia a conclusão de que a violação ao direito do beneficiário agravou os riscos à sua saúde e o seu sofrimento suportado.

**Contudo, não é essa a situação dos presentes autos, uma vez que o apelado não fez prova alguma do sofrimento íntimo que alega ter experimentado ou que a situação tenha incorrido em agravamento do seu quadro clínico, situações estas que não podem ser presumidas na hipótese.**

Sobre o tema o superior tribunal de justiça assentou que:

(...)

Diante do exposto, apesar de reprovável a conduta da apelante, não restou suficientemente demonstrado nos autos que a situação vivenciada pelo apelado gerou abalo anímico maior que mero incômodo ou perturbação, tendo em vista que tal recusa não implicou em maiores danos à saúde dele.

Dessa forma, faz-se necessária a reforma da sentença para afastar a condenação da apelante ao pagamento de indenização por danos morais. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, diante das peculiaridades do caso concreto e tendo por base o conjunto fático e probatório dos autos, concluiu que, apesar de ilícita a recusa do plano de saúde, não restou demonstrada a ocorrência de agravamento do quadro de saúde do paciente em razão da negativa, ou de outras circunstâncias que tenham causado efetivo abalo psíquico ou desrespeito à dignidade humana do beneficiário (fl. 543, e-STJ), e destacou que "o apelado não fez prova alguma do sofrimento íntimo que alega ter experimentado ou que a situação tenha incorrido em agravamento do seu quadro clínico" (fl. 544, e-STJ), razão pela qual afastou a condenação a título de danos morais.

De fato, a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que o mero descumprimento contratual não gera, por si só, dano moral indenizável.

Ademais, em relação aos casos de indevida negativa de cobertura por parte do plano de saúde, a mais recente orientação da jurisprudência deste Tribunal é de que não há dano moral *in re ipsa*. Neste sentido, os recentes precedentes:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO. NEGATIVA DE COBERTURA. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DÚVIDA RAZOÁVEL. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

**1. A recusa da cobertura de tratamento por operadora de plano de saúde, por si só, não configura dano moral, notadamente quando fundada em razoável interpretação contratual.** Precedentes.

2. Não cabe, em recurso especial, reinterpretar cláusulas contratuais ou reexaminar matéria fático-probatória (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1717629/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 17/05/2019) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. CIRURGIA CARDÍACA. NEGATIVA DE COBERTURA DA UTILIZAÇÃO DE STENTS. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL RECONHECIDA

PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AUTOR QUE SOMENTE TEVE CONHECIMENTO DA RECUSA PELA OPERADORA DE SAÚDE APÓS ALTA HOSPITALAR. MERO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Cinge-se a controvérsia quanto à ocorrência ou não de dano moral em razão da recusa, considerada indevida pelas instâncias ordinárias, da operadora de plano de saúde em arcar com o pagamento da colocação de stents utilizados em cirurgia cardíaca realizada pelo autor (recorrente).

2. **A negativa indevida de cobertura de plano de saúde, por si, não acarreta dano moral, devendo-se verificar, pelas especificidades de cada caso, se a conduta ilícita transbordou o mero inadimplemento contratual ensejando significativo abalo a direitos da personalidade do segurado. Logo, não se trata de dano moral in re ipsa (presumido).**

3. Não se pode olvidar, ainda, que "há situações em que existe dúvida jurídica razoável na interpretação de cláusula contratual, não podendo ser reputada ilegítima ou injusta, violadora de direitos imateriais, a conduta de operadora que optar pela restrição de cobertura sem ofender, em contrapartida, os deveres anexos do contrato, tal qual a boa-fé, o que afasta a pretensão de compensação por danos morais" (AgInt no AREsp n. 1.134.706/SC, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 23/11/2017).

4. Na hipótese, o procedimento cirúrgico foi realizado sem qualquer empecilho por parte da operadora de plano de saúde, sendo que o autor somente tomou conhecimento da negativa de cobertura dos stents utilizados quando teve alta hospitalar. Dessa forma, conquanto tenha sido reconhecida pelas instâncias ordinárias a abusividade na respectiva negativa de cobertura do procedimento, tal fato não comprometeu a saúde do recorrente, tampouco acarretou atrasos ou embaraços em seu tratamento, o que afasta a ocorrência de dano moral.

5. Recurso especial desprovido.

(REsp 1800758/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 10/05/2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. RECUSA DE COBERTURA DE ATENDIMENTO MÉDICO. DANO MORAL. AFASTAMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

2. O entendimento adotado pelo acórdão recorrido coincide com a jurisprudência assente no Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que **o descumprimento contratual por parte da operadora de saúde que culmina em negativa ilegítima de cobertura para procedimento de saúde somente enseja reparação a título de danos morais quando houver agravamento da condição de dor, abalo psicológico e prejuízos à saúde já debilitada do paciente.** Precedentes.

3. **No caso**, o Tribunal de origem concluiu que, apesar da injusta negativa de autorização, não ficou comprovado o abalo excepcional na esfera moral a justificar o acolhimento do pleito quanto à indenização por danos morais, porquanto **"é certo que não chegou o autor a sofrer risco concreto de agravamento de sua saúde, não se podendo dizer que a conduta da ré tenha ultrapassado o desconforto inerente a controvérsia sobre**

**interpretação contratual".**

4. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1791952/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 24/05/2019) [grifou-se]

Com efeito, nos termos do entendimento do STJ, a recusa da cobertura de tratamento por operadora de plano de saúde, por si só, não configura dano moral.

*In casu*, o Tribunal de piso constatou a ausência de dano moral decorrente da recusa administrativa realizada pela parte ré.

Logo, considerando a orientação deste Tribunal Superior sobre a questão, para derruir as conclusões contidas no *decisum* e verificar a ocorrência do alegado dano moral, seria imprescindível o revolvimento de matéria fática e probatória, providência que esbarra no óbice estabelecido pela Súmula 7 desta Corte.

Destaca-se que, a respeito da pretensão recursal com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes: AgRg no AREsp 662.068/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 22/06/2015; AgRg no AREsp 463.390/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014.

**2.** No que toca ao pleito de majoração da verba honorária arbitrada na origem, o Tribunal de piso pontuou (fl. 548, e-STJ):

No que tange à pretensão para majoração do honorários advocatícios sucumbenciais, como já exposto, o percentual fixado na sentença (10% sobre o valor da condenação), merece ser mantido, pois está de acordo com os parâmetros do art. 85, § 2º, do CPC/2015, especialmente observando-se que a causa não tem grande complexidade, teve rápida tramitação, sendo o processo digital e que os advogados desempenharam seu trabalho de forma adequada e dentro do esperado para a função, sem contar que o julgamento da lide foi antecipado.

Como visto, o órgão julgador, analisando o conjunto fático e probatório dos autos e as peculiaridades da demanda, manteve o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, fixado na sentença para os honorários de sucumbência.

Para o acolhimento das razões recursais no sentido de avaliar a razoabilidade ou não da condenação em honorários, seria imprescindível a rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 desta Corte. Precedentes:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO EXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 458, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. MOMENTO. CITAÇÃO. MULTA. ART. 538 DO CPC/73. INTUITO

PROTELATÓRIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. TEORIA DA ASSERÇÃO. ARBITRAGEM. COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA. PRECEDÊNCIA TEMPORAL. 1. (...). **6. Somente em situações excepcioníssimas, o STJ afasta a Súmula 7, para exercer juízo sobre o valor fixado a título de honorários advocatícios, com vistas a decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes, o que não se verifica na hipótese dos autos.** (...). 12. Recurso especial de CARLOS NEHRING NETO, EDUARDO GREBLER e EDUARDO DAMIÃO GONÇALVES conhecido e provido. (REsp 1.614.070/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26.06.2018, DJe 29.06.2018) [grifou-se]

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ISS. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DA SEDE DO PRESTADOR DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535, II, DO CPC. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ.** 1. (...) **3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o quantum da verba de honorários, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração delineados na lei processual. Sua fixação é ato próprio dos juízos das instâncias ordinárias, e só pode ser alterada em Recurso Especial quando tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura. Dessa forma, modificar o entendimento proferido pelo aresto confrontado implica o reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado a este Tribunal Superior, conforme a Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."** 4. (...). 5. Recurso Especial da municipalidade não provido e Recurso Especial da Instituição Financeira parcialmente conhecido, apenas quanto à infringência ao art. 535, II, do CPC de 1973, e, nessa parte, não provido. (REsp 1.681.153/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08.10.2019, DJe 18.10.2019) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência do óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

**3.** Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial de **JEFFERSON BEVILACQUA**.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator